

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.930 - RJ (2019/0301252-6)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : JULIO CEZAR MAGALHAES DOS SANTOS OLIVEIRA  
(PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JULIO CEZAR MAGALHÃES DOS SANTOS OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Desembargador Sidney Rosa da Silva).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, no dia 7/7/2019, pela prática do delito referido no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de 30 tubos de cocaína e 217 tabletes de maconha (e-STJ fls. 163/164). Posteriormente, converteu-se a custódia em preventiva.

Na ação originária, alegou a defesa a presença de nulidade, em decorrência da realização de audiência de custódia fora do prazo, uso indevido de algemas e não cumprimento das formalidades inerentes à nota de culpa. Apontou, ainda, ausência de fundamentação idônea para a prisão cautelar – e-STJ fls. 2/16.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 48):

HABEAS CORPUS. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI Nº11.343/06. TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA EM SEDE DE PLANTÃO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. LEGALIDADE DA ORDEM. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEMONSTRADOS. REQUISITOS OBSERVADOS E DECISÃO FUNDAMENTADA. AFASTA-SE A ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PELO USO DE ALGEMAS, CONSIDERANDO INEXISTIR QUALQUER PREJUÍZO AO ORA PACIENTE. A VEDAÇÃO DO EMPREGO DAS ALGEMAS, NOS TERMOS DA SÚMULA VINCULANTE 11, NÃO É PRECEITO ABSOLUTO CABENDO SUA RELATIVIZAÇÃO. CONSTA NOS AUTOS, TER O JUÍZO JUSTIFICADO A MANUTENÇÃO DAS ALGEMAS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO RECENTE DE FLAGRÂNCIA, DA AUSÊNCIA DE SEGURANÇA E PELA NECESSIDADE DA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE

# *Superior Tribunal de Justiça*

FÍSICA DE TODOS OS PRESENTES. NÃO HÁ DE FALAR EM NULIDADE EM RAZÃO DA DEMORA NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. HÁ QUE SE RESSALTAR QUE O ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO DO TJ/OE/RJ Nº 29/2015, QUE DISCIPLINOU A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO ÂMBITO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO DEFINIU UM PRAZO ESPECÍFICO PARA A APRESENTAÇÃO DO PRESO EM FLAGRANTE DELITO. POR OUTRO LADO, VÊ-SE CLARAMENTE QUE SE ALGUM CONSTRANGIMENTO OCORREU, É INEGAVEL QUE TAL CIRCUNSTÂNCIA JÁ SE FEZ SUPERADA COM A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NOUTRO GIRO, A NORMA DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 213, DE 15/12/2015, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, EMBORA DETERMINE UM PRAZO DE 24 HORAS PARA A APRESENTAÇÃO DO PRESO EM FLAGRANTE DELITO, APÓS A COMUNICAÇÃO DESSE FLAGRANTE A AUTORIDADE JUDICIAL COMPETENTE, NÃO IMPÕE NA HIPÓTESE QUALQUER CONSEQUÊNCIA DE ÂMBITO JURÍDICO LEGAL COMO MOTIVADORA DE UM POSSÍVEL RELAXAMENTO DESSA PRISÃO FLAGRANCIAL. QUANTO A SUPOSTA ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO PACIENTE, EXISTINDO SOMENTE A INFORMAÇÃO: RECUSOU-SE, TEM-SE QUE SE TRATA DE MERA IRREGULARIDADE, NÃO SENDO APTA A GERAR OS EFEITOS DE NULIDADE PRETENDIDOS PELO IMPETRANTE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE, SOANDO PREMATURA QUALQUER PREVISÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E RESIDÊNCIA FIXA NÃO CONSTITUEM, POR SI SÓ, MOTIVOS A ENSEJAR A CONCESSÃO DE LIBERDADE, QUE DEVE SER ANALISADA EM COTEJO COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. VIA ELEITA NÃO PERMITE QUE SE FAÇA UMA DILAÇÃO PROBATÓRIA, PELO QUE NÃO SE PODE ANALISAR O MÉRITO DA IMPUTAÇÃO E DA SITUAÇÃO DO PACIENTE NESTE MOMENTO PROCESSUAL. NÃO SE VISLUMBRA NO CASO CONCRETO, QUE AS MEDIDAS SUBSTITUTIVAS (DIVERSAS DA PRISÃO) SERÃO SUFICIENTES PARA CUMPRIR A MESMA FINALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA, SEM A EFETIVA NECESSIDADE DO ENCARCERAMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa assevera a falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar.

Diante disso, pleiteia, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva (e-STJ fls. 117/120).

É, em síntese, o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator